



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
21 DE JULHO DE 2015

N.º 15/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e
Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Manuel Moreira Lopes. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – II Caminhada Noturna “Do Douro ao Marão”	4
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
1 – Prestação de Serviços - Transportes Escolares – Emissão de Parecer Prévio.....	4
2 – Prestação de Serviços - Celebração de Contrato de Prestação de Serviços para a Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião.....	7
Tesouraria	
3 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de julho de 2015.....	8
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
4 – Taxa de Gestão de Resíduos – Valor a Aplicar em 2015.....	9
5 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rui Manuel Coelho Madureira – Sever	11
6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Joaquim Taveira de Sousa – União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane.....	13
7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Adolfo Coutinho Pereira – União das Freguesias de Louredo e Fornelos.....	14
DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
8 – Aquisição de Manuais Escolares para os Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	16
9 – Centro Cultural e Desportivo de Fontes – “VIIIª – Xassos Urban Cup – Fontes 2015” Pedido de Comparticipação Financeira.....	17
10 – Associação Padre Joaquim – IPSS – Pedido de Comparticipação Financeira.....	18

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



11 – Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Obras de Beneficiação da Sede – Pedido de Comparticipação Financeira.....	18
12 – Realização da Prova de Ciclismo “Circuito Santa Marta” – Celebração de Protocolo com o Clube BTT Trilhos de Penaguião.....	19



ANTES DA ORDEM DO DIA

II Caminhada Noturna “Do Douro ao Marão”

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, a propósito da realização da II Caminhada Noturna “Do Douro ao Marão” nos passados dias 11 e 12 do corrente mês de Julho, disse *“que todos os penaguienses se devem sentir orgulhosos pela concretização de mais um evento sob a organização da Câmara Municipal, no qual participaram cerca de 600 pessoas, num ambiente saudável e alegre, e que projeta Santa Marta para além das suas fronteiras, ou seja, na região, a nível nacional e internacional, uma vez que os caminhheiros vieram dos mais variados pontos do País, e tivemos a presença de um casal Timorense”*. -----

----- Disse, ainda, que as expectativas de sucesso da mesma foram ultrapassadas, apresentando o agradecimento do Executivo Municipal, *“a todos os participantes, colaboradores, Guarda Nacional Republicana de Santa Marta e Bombeiros Voluntários da Corporação de Fontes, que fizeram desta edição mais um marco na Cultura de Santa Marta de Penaguião”*. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

Prestação de Serviços - Transportes Escolares

– Emissão de Parecer Prévio

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Na reunião de Câmara de 05/05/2015 foi decidido por unanimidade aprovar o plano de transportes para o ano o ano letivo de 2015/2016 que terá aproximadamente 170 dias de atividade letiva, assim como a abertura do respetivo procedimento concursal. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, conjugado com o n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que o Município pretende celebrar um contrato de prestação de serviços de **transportes escolares** para o ano letivo de 2015/2016, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 60 dias até ao limite de três anos, cumprindo o disposto no Artigo 48.º do Decreto-Lei 18/2009, de 29 de Janeiro; -----

----- Considerando que para o efeito e de acordo com a Portaria n.º 766/84, de 27 de Setembro, será necessário abrir um procedimento concursal na forma de concurso público ou limitado conforme deliberação da Câmara Municipal; -----

----- Considerando que no ponto 3.5 desta Portaria, é dito que a adjudicação deverá ser feita à proposta de mais baixo preço. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



----- Considerando que com a entrada em vigor do CCP a forma de concurso limitado deixou de existir, podendo ser substituído pelo ajuste direto.

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.2. 02. 02.02.10, inscrita no n.º 2014/A/41 – Pj/Ac n.º 01/14 do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar será objeto de redução remuneratória; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços de transportes escolares**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de transportes escolares, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Prestação de Serviços - Celebração de Contrato de Prestação de
Serviços para a Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos
das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Executivo Municipal na sua reunião ordinária de 16/06/2015, deu parecer favorável ao pedido parecer prévio para a celebração do contrato de prestação de serviços para a Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Entendeu-se indicar que um preço que esteja 20 % abaixo do preço base será considerado anormalmente baixo, ao abrigo do n.º 2, do artigo 132.º do CCP. Pretende-se com isso, evitar que as firmas concorrentes coloquem preços demasiado baixos, não conseguindo depois cumprir com o estipulado no caderno de encargos, como sucedeu anteriormente. -----

----- Para a aquisição referida, o preço base é de 172.500,00 € para 3 anos, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, ao que corresponde 57.500,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, pelo que ao abrigo da alínea b) do n.º 1 Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do Artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e do artigo 130.º e seguintes do mesmo diploma, o procedimento a adotar é o concurso público. -----

----- Para este efeito, deverá, caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, ser submetido à aprovação do Executivo Municipal, os seguintes elementos relativos ao procedimento concursal:

- a) Aprove a contratação da prestação de serviços de referida, bem como a realização da despesa, de acordo com o artigo 36.º do CCP. -----
- b) O procedimento do concurso público nos termos do artigo 38.º do CCP. -----
- c) Caderno de Encargos; -----
- d) Programa de Procedimento; -----
- e) Anúncio a publicar no Diário da Republica; -----
- f) Constituição do Júri: -----
 - Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Técnico Superior – Presidente do Júri; -----
 - Dr. Emanuel Rodrigues Costa, Técnico Superior; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



- M.^a de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

Suplentes: -----

- Eng.^a M.^a Adelaide Rodrigues Vaz Machado Sanfins, Técnica Superior; -----

- Eng.^a Cármen Carvalho Pereira, Técnica Superior. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de julho de 2015

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 16 de julho de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	16/07/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	5 148 837,92
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	2 726 810,15
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	2 422 027,77
			(*) Compromissos	9 300 085,94
Receitas Orçamentais		5 442 049,45	Operações de tesouraria	294 904,23
Correntes	3 502 007,10		Saldo para o dia seguinte:	898 004,72
Capital	1 940 042,35		Execução orçamental	896 689,33
Operações de tesouraria		270 154,16	Operações de tesouraria	1 315,39
Total		6 341 746,87	Total	6 341 746,87

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Taxa de Gestão de Resíduos – Valor a Aplicar em 2015

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I – Pretensão. -----

----- 1. Valor da Taxa de Gestão de Resíduos a aplicar em 2015 – TGR 2015. -----

----- II – Análise da Pretensão -----

----- 1. A Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) vigora desde 2007, tendo sido criada pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos publicado pelo Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro (Artigo 58.º). Sofreu alterações com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e mais recentemente com a publicação Lei n.º 82-D/2014 de 31 de dezembro (“Fiscalidade Verde”). -----

----- 2. A TGR pretende contribuir para melhorar o comportamento de operadores económicos e consumidores finais, no sentido da redução da produção de resíduos e sua gestão mais eficiente que passe pela internalização, por produtores de resíduos e consumidores, dos custos ambientais que lhes estão associados e permita estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos. -----

----- 3. Além de funcionar como um instrumento económico de modelação de comportamentos, o regime da TGR previa que a verba arrecadada fosse consignada para os objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos. A contribuição seria feita através de dois modos: pelo financiamento direto das atividades das autoridades de resíduos (APA e as cinco CCDR) e pelo financiamento de ações dos sujeitos passivos (os chamados “concursos TGR”). -----

----- 4.1. Diferenciação por operação de gestão de resíduos no cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos (indexada à operação de deposição em aterro) e fim das distinções entre a origem dos resíduos (resíduos urbanos e não-urbanos); -----

----- 4.2. Criação de uma parcela TGR Não-Repercutível, aplicável aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) e indexada aos desvios às metas individuais definidas do PERSU2020; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



----- 4.3. Consignação ao Fundo de Intervenção Ambiental (FIA) da verba para o financiamento de ações dos sujeitos passivos e outros ("Concursos"); -----

----- 4.4. Isenção de TGR nos casos onde a solução técnica é imposta por lei (e portanto o agente não tem liberdade de modificar o seu comportamento). -----

----- 5. O valor da Taxa de Gestão de Resíduos consta dos art.ºs 2, 3 e 4 Artº 58º do RRGR com a redação dada pela Lei n.º 82-D/2014, cujo valor para 2015 é de 5,5 €/ton resíduos. -----

----- 6. A faturação da TGR é feita pela Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. -----

----- 7. De acordo com o ofício OFS/0030/2015, de 04 de Fev de 2015, o valor cobrado é de 4,47€/ton, conforme o cálculo efetuado. -----

----- 8. O município de Santa Marta de Penaguião em 2014 procedeu à deposição em aterro de 2505,20 ton de resíduos indiferenciados. -----

----- 9. O volume de água faturada pelo município de Santa Marta de Penaguião em 2014 foi de 233993 m3. -----

----- 10. A estrutura tarifária adotada no município de Santa Marta de Penaguião, para a gestão de resíduos urbanos encontra-se indexada ao consumo (m3) de água. -----

----- 11. Tendo por base os dados atrás explanados, relativos ao valor de TGR cobrado pela Resinorte, ao volume de deposição de resíduos urbanos indiferenciados do ano transato e ao volume de água faturado, e mantendo a lógica de indexação da TGR ao volume (m3) de água consumida, o valor de TGR a praticar pelo município deverá ser de 0,04786 €/m3. -----

----- III – Conclusão: -----

----- Para o efeito, para dar cumprimento ao disposto legal, e tendo por base a estrutura tarifária existente no município de Santa Marta de Penaguião, bem como o valor cobrado pela concessionária Resinorte, S.A. e a água faturada no ano de 2014, propõe-se uma taxa de gestão de resíduos de 0,04786 €/m3 para o ano de 2015." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a taxa de gestão de resíduos de 0,04786€/m3 para o ano de 2015, de acordo com a informação dos serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da
Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rui Manuel Coelho
Madureira – Sever**

----- 5 – Presente à reunião requerimento do Senhor Rui Manuel Coelho Madureira na qualidade de herdeiro, por óbito de Manuel Pereira da Costa, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr.º Rui Manuel Coelho Madureira, na qualidade de herdeiro, por óbito de Manuel Pereira da Costa, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de justificação da quota do prédio que passo a descrever: -----

----- 1/2 indiviso do prédio rústico, sito no lugar de Bacelo, com a área de 4375 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 343-A, da Freguesia de Sever, descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1702. -----

2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
343-A	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente aumentar o n.º de compartes na proporção de ¼ indivisos do prédio rústico infra. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 343-A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação de compartes requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei
n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Joaquim Taveira de Sousa –
União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João) e Sanhoane**

----- 6 – Presente à reunião requerimento do Senhor Joaquim Taveira de Sousa na qualidade de herdeiro, de António de Sousa e Maria Taveira de Sousa, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Joaquim Taveira de Sousa, na qualidade de herdeiro de António de Sousa e Maria Taveira de Sousa, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha, do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, sito no lugar da Portela, com a área de 1312 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 474-1D, da União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião. -----

-----PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
474-1D	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços Agrícolas

----- Especificidades do pedido -----

----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente constituir compropriedade na proporção de ½ indiviso no prédio infra rústico, para cada um dos seguintes herdeiros: Joaquim Taveira de Sousa e Maria Luísa Taveira de Sousa Pereira. -----

----- PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de partilha visando a constituição de compropriedade no artigo 474-1D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Os serviços são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que o pedido em causa merece parecer favorável, para que o mesmo sirva para instrução no processo de escritura que o requerente pretende realizar.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Adolfo Coutinho Pereira – União das Freguesias de Louredo e Fornelos

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor Adolfo Coutinho Pereira, na qualidade de possuidor, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015



----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, o Sr.º Adolfo Coutinho Pereira, na qualidade de possuidor, solicita a emissão de parecer favorável a que se refere o artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, para instruir a escritura de justificação da do prédio que passo a descrever: -----

----- prédio rústico, sito no lugar de Louredo, com a área de 4125 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 574-A, da União das Freguesia de Louredo e Fornelos, não descrito na Conservatória do Registo de Santa Marta de Penaguião. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1. Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2. Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial-----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujo, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
574-A	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal

----- 2.3. Especificidades do pedido -----



----- De acordo com o pedido em questão, pretende o requerente constituir compropriedade na proporção de 2/3 indivisos no prédio rústico infra. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a constituição de compropriedade no artigo 574-A, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços.** -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Aquisição de Manuais Escolares para os Alunos do 1.º

Ciclo do Ensino Básico

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Assegurar a todas as crianças condições de sucesso escolar, através de uma política de apoio, fomento e desenvolvimento educativo, tem sido uma preocupação permanente deste Município. -----

----- Neste sentido, o mesmo tem proporcionado a todos os alunos do 1.º ciclo, oriundos de famílias economicamente carenciadas, o acesso gratuito aos manuais escolares e aos manuais



das atividades de enriquecimento escolar, adotados pelos respetivos docentes das escolas de acolhimento. -----

----- Com o objetivo de continuar a elevar o ensino das nossas crianças e a aliviar os pais e encarregados de educação de algumas despesas nestes tempos difíceis, **propõe-se** assim ao Executivo Municipal que, na defesa da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, no que concerne à educação, **aprove** ao abrigo da competência que lhe confere a al.^a hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **aquisição dos manuais escolares para todos os alunos** do 1.º ciclo do ensino básico, incluindo os inscritos nas atividades de enriquecimento escolar, para o ano letivo 2015/2016, no âmbito da atribuição dos auxílios económicos, ou seja, concessão de apoio alimentar, material escolar e aquisição de manuais escolares, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 339-A/84, de 28 de dezembro e Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, regulados pelo Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.ºs 14368-A/2010, de 14 de setembro, 12284/2011, de 19 de setembro, 11886-A/2012, de 6 de setembro, a efetuar em função da análise dos boletins de candidatura aos auxílios económicos diretos, realizada pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Santa Marta de Penaguião e aprovada pelos Serviços de Educação." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a aquisição dos manuais escolares para todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, incluindo os inscritos nas atividades de enriquecimento escolar, para o ano letivo 2015/2016, de acordo com a proposta apresentada.** -----

**Centro Cultural e Desportivo de Fontes – “VIIIª Xassos Urban Cup
– Fontes 2015” – Pedido de Comparticipação Financeira**

----- 9 – Presente à reunião ofício do Centro Cultural e Desportivo de Fontes, registado sob o n.º 1493, de 16 de junho do corrente ano, dando conhecimento que nos próximos dias 25 e 26 de julho, vão levar a efeito a realização do evento “VIIIª Xassos Urban Cup – Fontes 2015”. -----



----- Tendo em conta que esta prova é original em Portugal pelo cenário e carisma, são esperados cerca de 80 participantes, neste sentido, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar as despesas inerentes ao referido evento. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Associação Padre Joaquim – IPSS

– Pedido de Comparticipação Financeira

----- 10 – Presente à reunião ofício da Associação Padre Joaquim, registado sob o n.º 1603, de 02 de julho do corrente ano, dando conhecimento que irão participar na XXVI Semana Cultural com o Grupo de Bombos. Para tal necessitam de proceder à reparação dos bombos que se encontram inoperacionais, devido às peles rasgadas, cordas partidas, falta de alguns estivadores de afinação e correias de suporte. -----

----- Estando a reparação dos bombos orçada em 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar as despesas com a referida reparação. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Grupo Cultural e Desportivo de Sever – Obras de Beneficiação da

Sede – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 11 – Presente à reunião ofício do Grupo Cultural e Desportivo de Sever, registado sob o n.º 1647, de 09 de julho do corrente ano, dando conhecimento que pretendem levar a cabo uma



série de intervenções para melhoramento das instalações da sua sede, tais como, substituição de caixilharia, construção de rampa incluindo o aumento e recolocação do portão, construção de um placó, pintura do interior do edifício e outras pequenas intervenções. -----

----- Estando as obras orçadas em 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros), solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para minimizar as despesas com a realização das referidas obras. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 3.750,00€ (três mil setecentos e cinquenta euros), nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à lei 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Realização da Prova de Ciclismo “Circuito Santa Marta”

Celebração de Protocolo com o Clube BTT Trilhos de Penaguião

----- 12 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios do desporto e tempos livres, tal como se encontra estipulado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Para a sua concretização, é vontade do Município, integrar o ciclismo nas modalidades desportivas que promove e dirigi-la a toda a população, sendo que a realização de uma prova de ciclismo contribuirá, não só para a divulgação da modalidade, mas também para convidar a população alvo a associar-se à prática desta modalidade. -----

----- Considerando que se pretende também projectar o Concelho para além das suas fronteiras, em termos regionais e nacionais, sendo o desporto uma das formas de o fazer, através da realização de eventos desportivos, designadamente, na modalidade de ciclismo. -----



----- Considerando que havia a tradição da realização de uma prova de ciclismo, por ocasião das festas em Honra de N.ª Sr.ª da Guia que tinham lugar na sede da Vila de Santa Marta, importa dar-lhe continuidade dado o sucesso que a mesma teve no ano anterior, e que certamente contará com a presença dos amantes, entusiastas, amadores e profissionais desta modalidade, bem como do público anónimo que nesse dia se deslocará a Santa Marta de Penaguião. -----

----- Pretende-se organizar no dia 01 do próximo mês de Agosto, uma prova de ciclismo denominada "*Circuito Santa Marta*", em colaboração com o **Clube BTT Trilhos de Penaguião** que assegurará a direcção técnica e administrativa da prova, a promoção e a divulgação da mesma junto dos clubes e atletas e das Associações da modalidade, bem como a disponibilização dos juizes de prova e a elaboração e aprovação do respectivo regulamento. -----

----- Ao Município caberá obter as autorizações administrativas necessárias, disponibilizar os meios de socorro necessário, sinalizar o percurso e colocação de gradeamento de protecção na partida, na meta e demais locais em que se torne necessário, disponibilizar o pavilhão gimnodesportivo, bem como pagamento respeitante ao policiamento. -----

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal, que delibere: -----

----- 1 – Aprovar, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a concessão de um apoio financeiro ao **Clube BTT Trilhos de Penaguião**, no montante de 2.000,00 euros, destinado a comparticipar nas despesas com a direcção técnica, administrativa e dos juizes da prova, bem como para a atribuição dos prémios, seguro e outras despesas relacionadas com a prova. -----

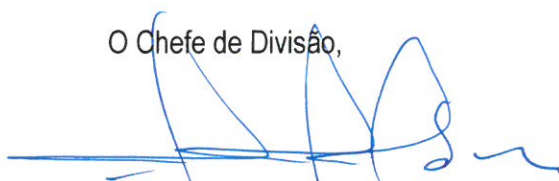
----- 2 – Aprovar da minuta do protocolo a celebrar entre o Município e o **Clube BTT Trilhos de Penaguião**, cuja minuta se anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro ao Clube BTT Trilhos de Penaguião, no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), bem como, a minuta do protocolo a celebrar, de acordo com a proposta apresentada.** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 15 de 21 de julho de 2015

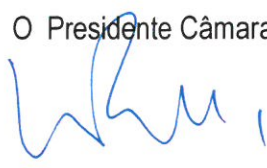
----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:20 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)